



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2006**

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	01
2.ATUAÇÃO DO COLEGIADO.....	03
2.1.Relação dos temas apreciados pela Câmara.....	03
2.2.Órgãos demandantes.....	05
2.3.Reuniões.....	06
2.4.Procedimentos distribuídos e relatados pelos membros.....	07
2.5.Fluxo de Procedimentos.....	08
2.6.Informativos.....	09
2.7.Correição na 5ª CCR.....	09
2.8.Expedientes da Secretaria.....	10
3.ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA.....	11
3.1.Atuação extrajudicial.....	11
3.1.1.Procedimento administrativo e inquérito civil público.....	12
3.1.2.Termo de ajustamento de conduta e recomendação.....	13
3.2.Atuação judicial.....	14
3.2.1.Ação civil pública.....	14
3.3.Atuação das procuradorias regionais.....	15
3.4.Atuação no caso do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE (meta da 5ªCCR).....	15
3.5.Atuação no caso Sanguessuga (meta da 5ªCCR).....	16
4.EVENTOS REALIZADOS.....	17
4.1.VIII Encontro Nacional.....	17
4.1.1.Destaques.....	17
4.2.Reunião de Grupos de Trabalho.....	18
4.2.1. GT licitações e obras públicas.....	18
4.2.2.GT concurso público e servidores.....	18
4.2.3.GT projetos e metas.....	19
4.3.Cursos.....	19
4.3.1.Curso: “aperfeiçoamento sobre a atuação extrajudicial e judicial do ministério público na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa”.....	19
4.3.3.Exposição do TCU: auditoria operacional e indicadores de gestão.....	19
4.4.Projetos da 5ªCCR/ESMPU em desenvolvimento.....	20
5.BASE DE DADOS.....	21
6.DOS TRABALHOS TÉCNICOS.....	21
6.1.Demonstrativos – Tabelas e Gráficos.....	21
6.1.1.Assessoria Técnica – Economia.....	22
6.1.2.Assessoria Técnica – Contabilidade.....	23
6.1.3.Assessoria Técnica – Engenharia Civil.....	23
7.EQUIPE DE SERVIDORES.....	24
7.2.1. Questionário de avaliação institucional.....	25

8.COMPOSIÇÃO DA CÂMARA.....	26
8.1.Membros do Colegiado.....	26
8.2.Quadro de servidores.....	26
8.2.1.Assessoria Técnica.....	26
8.2.2.Assessoria Jurídica.....	27
8.2.3.Assessoria Administrativa.....	27
8.2.3.1.Setor de Informação e Documentação.....	27
8.2.3.2.Auxiliares (ÁGIL).....	28
8.3.Representação indicada pelas unidades de procuradorias.....	28
9.DOS RECURSOS MATERIAIS.....	29



1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao art. 7º, III, da Resolução nº 20/96, a Câmara do Patrimônio Público e Social - 5ª CCR, apresenta o Relatório de suas atividades do ano de 2006.

Este relatório constitui uma retrospectiva e um balanço do que aconteceu no Ano de 2006, reunindo uma variedade de informações provenientes desse órgão colegiado e das unidades de procuradorias. A idéia é mostrar o que foi apreciado pela Câmara, para isto relacionou-se os temas mais freqüentemente revisados e quem eram os demandantes nesses procedimentos. Também a Câmara mostra a sua presteza na revisão, seja para que a investigação não sofra descontinuidade na demora da apreciação dos conflitos de atribuições ou de termos de ajustamentos de condutas, seja para prevenir eventual transcurso da prescrição na atuação do órgão de execução, em eventual retorno para diligências.

As metas estipuladas para o biênio 2004-2006 foram alcançadas, sendo que a publicação das monografias, curso de improbidade administrativa e mapeamento de casos nacionais de atuação, encontram-se com os procedimentos em andamento. Foram indicadas ainda como metas a priorização do acompanhamento e fornecimento de subsídios aos casos de corrupção identificada no programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas – PETSE e a elaboração de emendas do orçamento, conhecido como escândalo “sanguessuga”.

A veiculação dos 22 informativos na *intranet* tem por objetivo promover a interação dos membros, a transparência e publicidade interna da atuação, sendo que a Resolução nº 87, que disciplina o ICP veio reforçar a comunicação à Câmara, propiciando efetuar pesquisa sobre o quantitativo de inquéritos civis públicos. A base de inteiro teor das manifestações dos membros com *link* próprio na página da câmara tem 8.022 documentos, dentre estes, 6.047 votos e 643 petições de ações civis públicas, tendo tido um acréscimo de 1.975 documentos em relação ao ano anterior.

Verifica-se que foi crescente o número de procedimentos aportados na 5ªCCR para análise pelo colegiado, enquanto no ano de 2005 foram em número de 3.142, em 2006 consta 4.306, acréscimo de 1.164 procedimentos, equivalente a 27,04% de aumento.

A equipe foi formada de 22 servidores e ao longo dos anos sempre teve 3 auxiliares de empresa terceirizada, sendo 9 na assessoria pericial, 8 na assessoria administrativa, 5 na assessoria jurídica. Constata-se que o número de procedimentos aumentou em 27,04% enquanto que a equipe defasou em 15,39%.

Fato para registrar é o pedido de correição na câmara efetuado em maio de 2006 pelos novos membros¹ em face da realização de distribuição de feitos aos membros suplentes e por lhe terem sido redistribuídos 444 procedimentos remanescentes do colegiado anterior, pelo que teve de responder a coordenadora, que obteve suspensão da correição pelo próprio Corregedor-Geral que submeteu sua decisão ao CGMPF, formando o processo nº 1.00.001.000100/2006-74, concluso.

Em face desse episódio, é necessário inscrever nesta peça que, buscando a eficiência do órgão, foi diagnosticado pelos membros dessa câmara, que antecederam os autores da correição, que havia um quadro de crescimento de

¹ Subprocuradores-Gerais da República Moacir Moraes Guimarães Filho e Eduardo Nobre Dantas

procedimentos desproporcional com o número de membros afeto à distribuição e por isso resolveu-se alterar o regimento datado de 1997, que previa a distribuição a membros suplentes, apenas em casos excepcionais. A revisão deste regimento interno foi produzido mediante a autuação de procedimento administrativo sob nº 1.00.001.000100/2006-74, com distribuição a um dos membros da época, tendo resultado na proposta de regimento da 5ªCCR remetida ao Conselho Superior do Ministério Público, em 19/12/2005, conforme determina o art. 57, inciso I, alínea “c”, da LC nº 75/93, autuado sob nº 1.00.001.000006/2006-15, e concluso. Anota-se, ainda, que a reengenharia na equipe de funcionários, depois de meses de trabalho envolvendo cada um dos servidores, assessores e esta coordenadora, resultou na edição do Manual de rotinas da 5ªCCR, publicado na página da câmara.

Com relação à atuação extrajudicial e judicial dos membros vinculados à câmara, cumpre frisar que ainda há dificuldades na colheita de dados para a formação de indicadores de desempenho, em face de ainda não concluída a implementação de base de dados própria, com previsão para o primeiro semestre do próximo ano. Contudo, a convicção de que a divulgação, mesmo que ainda não precisa dessa atuação, é importante fez com que houvesse uma mobilização geral da câmara e das procuradorias para divulgá-los. Assim, na atuação extrajudicial foram contabilizados por unidades de procuradorias da República, os números de procedimentos administrativos – PA, inquéritos civis públicos – ICP, recomendações e termos de ajustamentos de conduta – TAC. A atuação judicial foi colhida das unidades de procuradorias da República com respeito ao número de ações civis públicas e das procuradorias regionais da República quanto ao número de pareceres e recursos. Vê-se de logo que não se esgota neste apanhado toda a atuação do MPF na área pois não se colheu a atuação dos subprocuradores-gerais perante o STJ e as manifestações como *custos legis* nas procuradorias da República. Mais detalhamentos sobre as atuações podem ser obtidos nas próprias unidades do Ministério Público Federal.

O VIII Encontro Nacional foi intitulado “Estratégia de combate à corrupção no âmbito da câmara do patrimônio público” e ofereceu rico material, este e os demais eventos podem ser desfrutados na página da câmara, instrumento de fundamental importância na comunicação da câmara com os membros, órgãos públicos e com a sociedade, a quem deve servir e apresentar a sua atuação na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.

Por fim, ressalto perante esse Conselho Superior que tudo o que foi feito deu-se em face do comprometimento e do engajamento dos membros, dos funcionários, do apoio da Secretaria-Geral, destacando-se a espartana e motivada equipe de servidores da 5ªCCR.

Brasília, 30 de abril de 2007

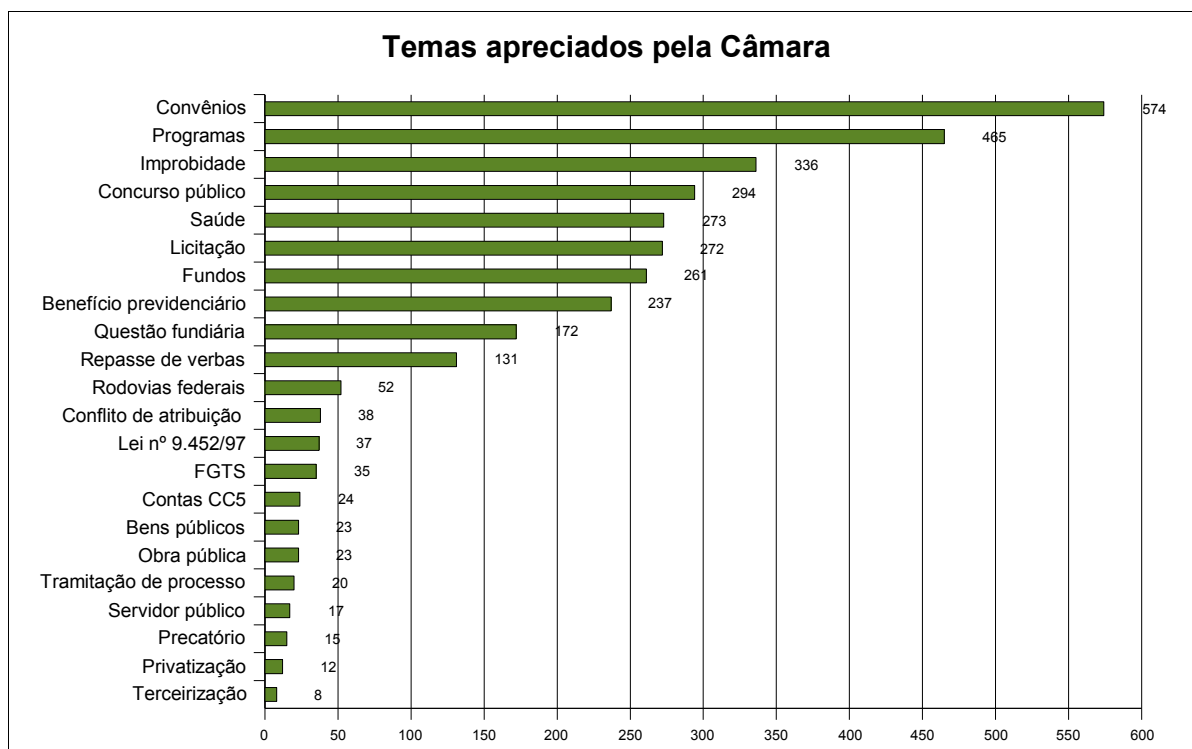
Gilda Pereira de Carvalho
Subprocuradora–Geral da República
Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social



2. ATUAÇÃO DO COLEGIADO

2.1. Relação dos temas apreciados pela Câmara²

Os temas apreciados pela Câmara na sua competência revisional sugerem eventuais atuações uniformes ou priorização de procedimentos.



Fonte: Base de dados

²A Assessoria Jurídica realizou pesquisa na base de dados de manifestação inteiro teor utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou a 5ª Câmara;
- selecionou o período de 01/01/2006 a 31/12/2006;
- tipo de documento "voto";
- utilização de palavras-chaves.

O resultado da pesquisa foi o mapeamento dos assuntos tratados pelo colegiado da Câmara.

Temas apreciados pelo Colegiado		
Assunto	Votos	Porcentagem
Convênios: abrange irregularidades na aplicação das verbas, na celebração e na execução de convênios de temas variados, dentre outros.	574	17,29
Programas: Abrange os relatórios de fiscalização da CGU e acórdãos do TCU referentes a fiscalização de programas de assistência social, nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura.	465	14,01
Improbidade: análise da aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 em face do tempo, dos agentes públicos e dos particulares	336	10,12
Concurso público: abrange: contratações sem concurso público, inclusive as realizadas por conselhos profissionais; contratação de advogado por órgão público; nomeação de candidatos excedentes ao número de vagas; preterição de candidatos; irregularidades em editais, na realização das provas, no critério de correção de prova, na atuação da banca examinadora e da comissão organizadora e outros.	294	8,86
Saúde: SUS. Abrange cobrança indevida de honorários com Autorização de Internação Hospitalar – AIH, cobrança em duplicidade de procedimento médico, cobrança indevida aos usuários do SUS, relatórios de auditoria do DENASUS.	273	8,23
Licitação: Procedimentos licitatórios. Abrange dispensa indevida de procedimento licitatório; irregularidades praticadas por comissão de licitação; exigência de caução e de apresentação de documentos comprobatórios da capacidade técnico-financeira do participante; superfaturamento do objeto licitado; impedimento e habilitação de licitante; inobservâncias à Lei nº 8.666/93, dentre outros.	272	8,2
Fundos: abrange irregularidades na aplicação de verbas e prestação de contas de fundos, tais como: FUNDEF, FNDE, FNS, FAT, FITP, FUNDESCOLA.	261	7,86
Benefício previdenciário: abrange fraude na concessão de benefício previdenciário; ausência de repasse de contribuição previdenciária ao INSS; atendimento irregular a segurado; não realização de perícias médicas; desídia de procurador na defesa dos interesses da autarquia federal; sonegações, inadimplências e fraudes no pagamento de tributos destinados à Seguridade Social praticadas por clubes de futebol profissional; falha na comunicação de óbito de beneficiário, dentre outros.	237	7,14
Questão fundiária: INCRA. Abrange assentamentos rurais, ocupações irregulares de terras, reforma agrária.	172	5,18
Repasse de verbas: ausências e atrasos no repasse de verbas, cortes indevidos.	131	3,95
Rodovias federais: irregularidades em recuperação e manutenção.	52	1,57
Conflito de atribuição diversos	38	1,14
Lei nº 9.452/97: notificação pelas Prefeituras municipais aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais a respeito da liberação de verbas federais	37	1,11
FGTS: abrange levantamento indevido, índices expurgatórios de planos econômicos, ausência de recolhimento	35	1,05
Contas CC5: transferência internacional de dinheiro por meio de conta de não residente, comumente denominada como CC5, por servidores públicos. Análise da ocorrência de eventual proveito indevido em razão de cargo público que caracterize prática de ato de improbidade administrativa.	24	0,72
Bens públicos: privatizações. Abrange denúncia de ilegalidades nas privatizações da Rede Ferroviária Federal S/A, Companhia Vale do Rio Doce, do Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ, de empresas integrantes do Sistema Telebrás e outras. Ocupação irregular de bem da União. Permissão de uso de área pertencente à União.	23	0,69
Obra pública: execução de obras. Abrange obras inacabadas ou não realizadas, obras construídas em desacordo com o projeto técnico, irregularidades em obras de duplicação, manutenção e construção de rodovias.	23	0,69
Tramitação de processo: abrange morosidade na apreciação de processos administrativos e judiciais, demora na devolução dos autos de processo judicial, procrastinação de andamento processual, demora do julgamento de ação ordinária, etc.	20	0,6
Servidor público: abrange acumulação ilegal de cargos públicos, provimento derivado de cargo público, acumulação indevida de proventos de aposentadoria e vencimentos.	17	0,51
Precatório: Abrange irregularidades ou atraso no seu pagamento.	15	0,45
Privatização: abrange denúncia de ilegalidades nas privatizações da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, Companhia Vale do Rio Doce, Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ, das empresas integrantes do sistema Telebrás, entre outras.	12	0,36
Terceirização: abrange irregularidades na terceirização de mão-de-obra e serviços.	8	0,24
Total	3319	100

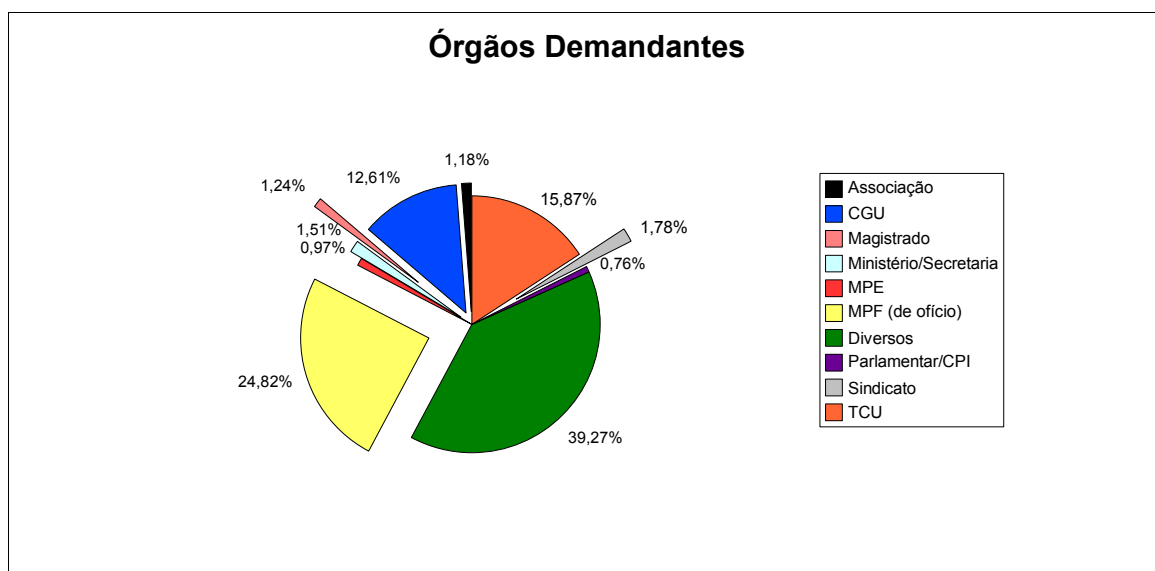
Fonte: Base de dados

2.2. Órgãos demandantes³

Revela-se interessante saber quem provoca a atuação do Ministério Público Federal, tendo sido identificado que é o próprio órgão em sua atuação de ofício. Em seguida surge o Tribunal de Contas da União-TCU com encaminhamento de acórdãos, decisões, relatórios de auditoria. Seguem-se os relatórios de fiscalização decorrentes dos sorteios públicos enviados pela Controladoria-Geral da União. Pugna-se para em outro momento ser possível identificar os diversos acionadores do Ministério Público Federal.

Órgãos Demandantes	
Diversos: representações de cidadãos, prefeitos, anônimo.	1299
MPF (de ofício): procedimentos cuja instauração deu-se de ofício.	821
TCU: abrange acórdãos, decisões, relatórios de fiscalização enviados pelo TCU ao MPF.	525
CGU: abrange relatórios de fiscalização da Controladoria Geral da União.	417
Sindicato de diversas classes	59
Ministério, Secretaria de governo.	50
Magistrado: representações noticiando irregularidades detectadas em processo judicial.	41
Associação: representações de diversas associações.	39
Ministério Público Estadual: encaminhamento pelo MPE de denúncias cuja atribuição para investigação é do MPF.	32
Parlamentar/CPI: representações de deputados federais e estaduais, senadores, vereadores.	25
TOTAL	3319

Fonte: Base de dados



Fonte: Base de dados

³A Assessoria Jurídica realizou pesquisa na base de dados de manifestação inteiro teor utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou a 5ª Câmara;
- selecionou o período de 01/01/2006 a 31/12/2006;
- tipo de documento "voto";
- utilização de palavras-chaves.

O resultado da pesquisa foi o mapeamento dos demandantes.

2.3. Reuniões

No ano de 2006 a 5ª Câmara realizou 29 reuniões com os seguintes resultados:

01/01/2006 a 03/05/2006 (fim do 7º Período)

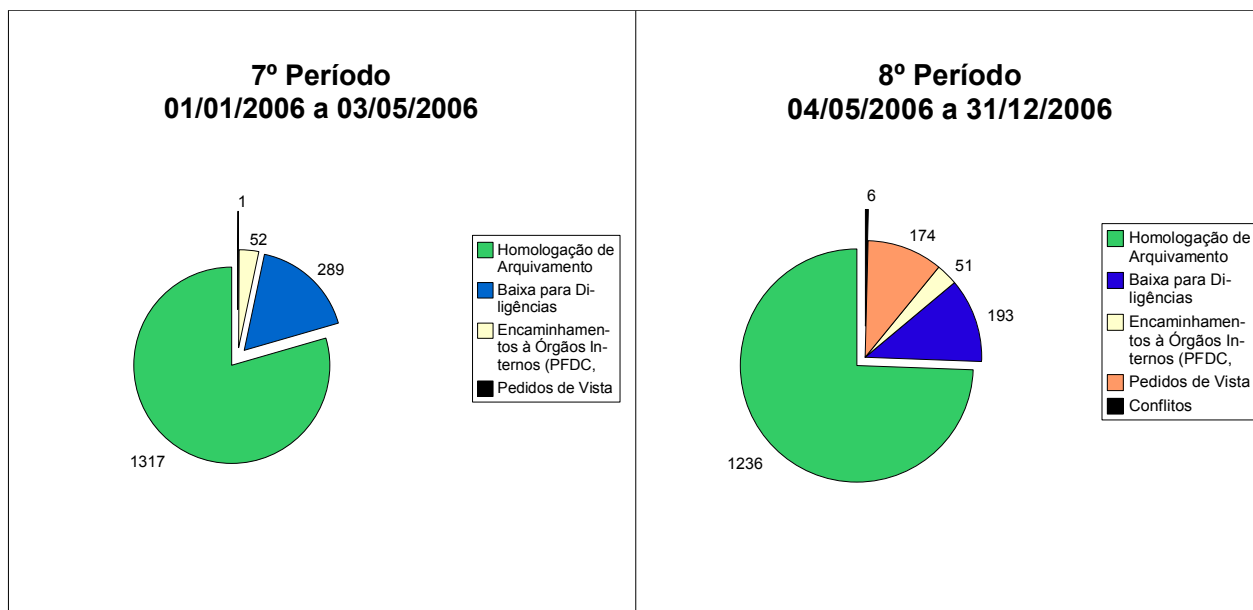
Decisão	Procedimentos
Homologação de Arquivamento	1.317
Baixa para Diligências	289
Encaminhamentos à Órgãos Internos (PFDC, Câmaras e Secretarias)	52
Pedidos de Vista	01
Total	1.659

Fonte: Atas de Reuniões

04/05/06 a 31/12/2006 (8º Período)

Decisão	Procedimentos
Homologação de Arquivamento	1.236
Baixa para Diligências	193
Encaminhamentos à Órgãos Internos (PFDC, Câmaras e Secretarias)	51
Pedidos de Vista	174
Conflitos	6
Total	1.660

Fonte: Atas de Reuniões



Fonte: Sistema ARP

2.4. Procedimentos distribuídos e relatados pelos membros

No ano de 2006 foram distribuídos **4.590** procedimentos, destes foram 3.056 relatados.

Houve um saldo remanescente de 1.378 procedimentos do 7º período que foi redistribuído aos membros integrantes do 8º período.

ANO DE 2006 – 7º Período

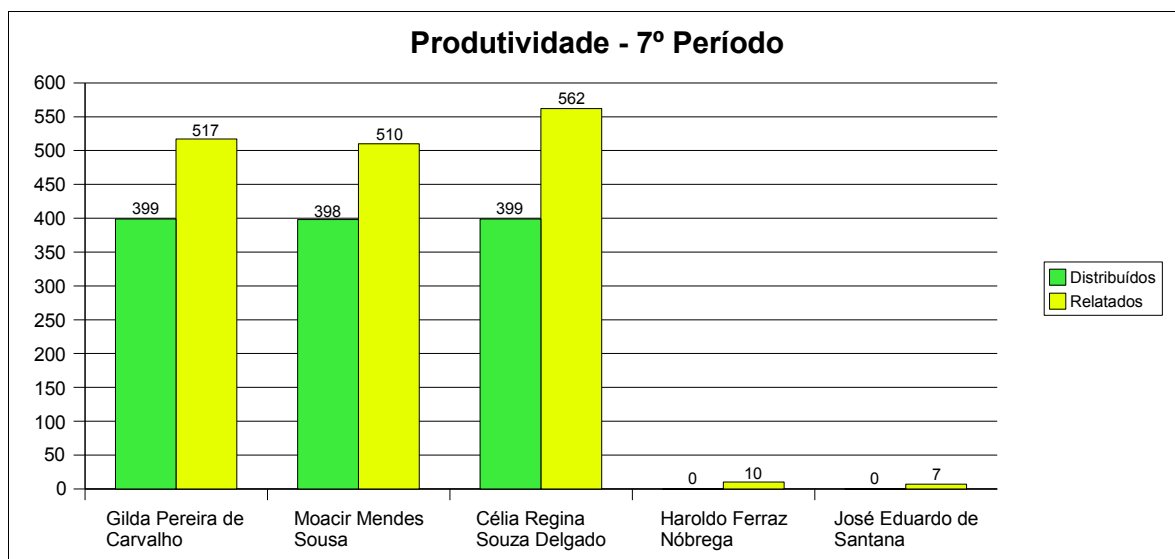
Membros Subprocurador(a)-Geral da República		Distribuídos	Vista	Julgados
Janeiro a Maio	Gilda Pereira de Carvalho	399	01	517
	Moacir Mendes Sousa	398*	0	510
	Célia Regina Souza Delgado	399	0	562
	Haroldo Ferraz Nóbrega	0	0	10
	José Eduardo de Santana	0	0	07
	Total	1.196	01	1.606

Fonte: Sistema ARP, Ata da Reunião e Distribuição

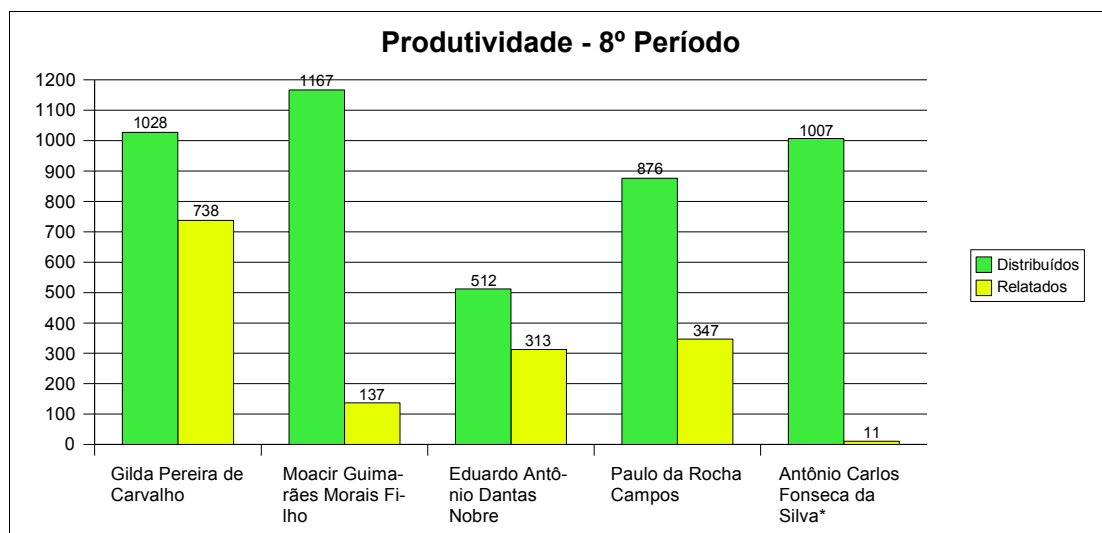
*Distribuído 01 procedimento a menos em face da impossibilidade numérica de realizar distribuição igualitária na última ata de distribuição dessa gestão.

ANO DE 2006 – 8º Período

Membros Subprocurador(a)-Geral da República		Distribuídos	Relatados	Vista	Julgados
04/05 a 22/12/06	Gilda Pereira de Carvalho	1.028	738	7	660
	Moacir Guimarães Morais Filho	1.167	137	166	137
	Eduardo Antônio Dantas Nobre	512	313	1	309
	Paulo da Rocha Campos	876	347	0	343
	Antônio Carlos Fonseca da Silva	1.007	11	0	1
	Total	4.590	1.546	174	1.450



Fonte: Sistema ARP



Fonte: Sistema ARP

*Ressalta-se que em face da impugnação pelos membros titulares Moacir Guimarães Morais Filho e Eduardo Antonio Dantas Nobre ao regimento interno da Câmara quanto ao art. 16⁴ que determina distribuição aos membros suplentes não foi formado quórum para deliberação nos feitos da relatoria do membro-suplente Antonio Carlos Fonseca da Silva.

Procedimentos	Quantidade
Distribuídos	4.590
Julgados	2.815
Total Remanescente	1.775

Fonte: Atas de Reunião e Distribuição

Abaixo o fluxo de procedimentos distribuídos e relatados no período de janeiro a dezembro de 2006:

2	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0	Distribuídos	0	474	366	261	671 ⁵	453	0	629	415	536	576	209	4.590
0	Relatados	0	386	507	472	246	190	0	327	164	33	446	330	3.101
6	Julgados	0	386	507	472	39	202	0	312	166	32	401	298	2.815

Fonte: Atas de Reuniões e Distribuição

2.5. Fluxo de Procedimentos

Em 2006, período de janeiro a dezembro, ingressaram na 5ª Câmara 4.306 procedimentos. No mesmo período, foram expedidos 3.222. Para melhor compreensão destes números e da evolução do fluxo, apresenta-se o seguinte quadro e gráfico:

⁴Art. 16 - Independentemente de convocação, os membros suplentes receberão distribuição de procedimentos, em igualdade de condições com os membros efetivos, devendo participar das sessões e votar.

⁵7º Período até o dia 03 de maio/2006. 8º Período a partir de 04 de maio/2006.

2006	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	197	356	391	255	357	249	295	331	396	543	543	393	4.306
	Expedidos	138	168	516	283	371	437	171	111	199	317	130	381	3.222

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

2.6. Informativos

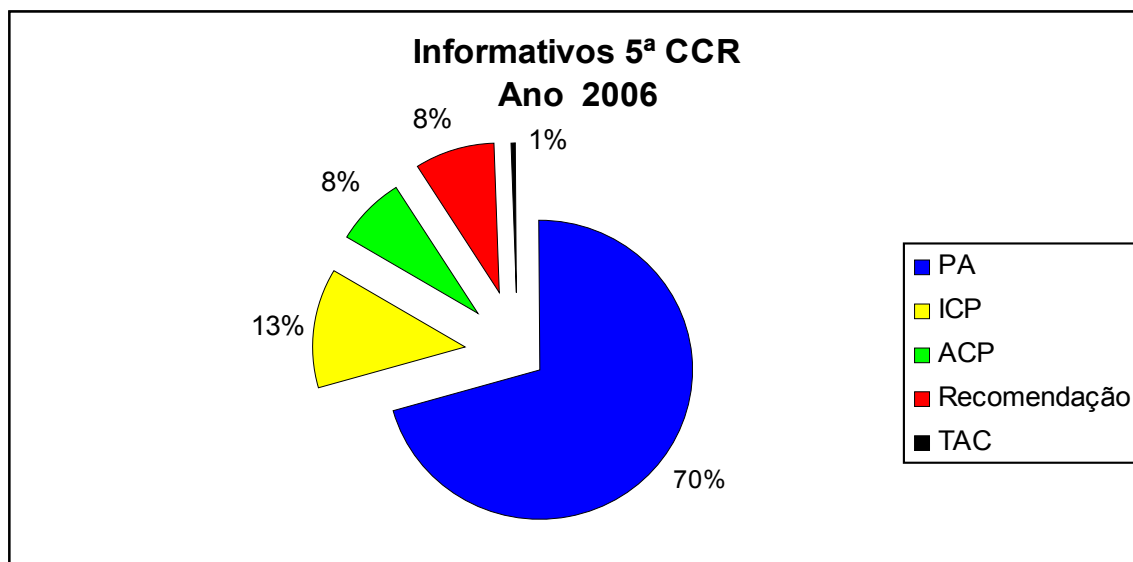
A 5ªCCR quinzenalmente publica informativo dando publicidade dos PA's e ICP's instaurados, termo de ajustamento de conduta, recomendações expedida, ajuizamento de ações civis públicas e estatística de produtividade do colegiado.

Os informativos podem ser consultados na página da Câmara no link:

<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/informativo/informativos>

Informativo 5ªCCR - Ano 2006		
Tipo	Quantidade	%
PA	321	71%
ICP	58	13%
ACP	36	8%
Recomendação	37	8%
TAC	3	1%
Total	455	100%

Fonte: Intranet 5ªCCR



Fonte: Intranet 5ªCCR

2.7. Correição na 5ª CCR

Autores do Pedido de Correição, ofício nº 023/2006-MGMF, de 29.05.2006: Subprocuradores-Gerais Moacir Guimarães Morais Filho e Eduardo Dantas Nobre.

Alegações: a) Impugnação da distribuição de procedimentos aos membros suplentes em face do regimento interno da 5ªCCR, art. 16; b)

redistribuição para os novos membros de 444 procedimentos remanescentes da composição anterior.

Decisão do Corregedor instaurando correição nº 108/2006- ESBP: “(...) considero necessário verificar se houve alguma irregularidade na distribuição de procedimentos no âmbito da 5ªCCR e se a Coordenadora tem cumprido e feito cumprir as deliberações da maioria do Colegiado.”

Recurso da Coordenadora: a) preliminarmente, falta de competência para realizar correição em órgão colegiado, em face ao art. 63 da LC 75/93; b) A distribuição dos procedimentos, que são registrados em atas, sempre foi realizada em obediência aos princípios da administração, publicadas no site da 5ªCCR e no Diário da Justiça e é tarefa realizada, como sempre foi, sob a responsabilidade da Secretaria da Câmara; não se aponta decisão que não tenha sido dado cumprimento; tramita no Conselho Superior processo sob nº 1.00.001.000006/2006-15 para aprovação do regimento interno da 5ªCCR, concluso.

Decisão em face do recurso nº 116/2006-ESBP: suspendeu a decisão e remeteu ao Conselho Superior, onde tramita processo nº 1.00.001.000100/2006-74, concluso.

2.8. Expedientes da Secretaria

Correspondências Recebidas	
Total:	2.521

Fonte: Secretaria da 5ª CCR. Sistema Fenix

Correspondências Expedidas	
Ofícios	3.741
Ofícios–Circulares	17
Memorandos	187
Total	3.945

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

E-mails Recebidos	
5camara@pgr.mpf.gov.br	1.239
5ccrati@pgr.mpf.gov.br*	740
Total	1979

Fonte: Setor de Informação e Documentação

*Solicitações de cadastramento, reativação de senhas e plantão de dúvidas para os sistemas informatizados administrados pela Câmara

E-mails de denúncias recebidos e encaminhados 5camara@pgr.mpf.gov.br	
Assunto	Quantidade
Denúncias	
Bens públicos	4
Concurso público e servidores	15
Desvio de verba	23
Improbidade Administrativa	7
Licitação	2
Serviço público	12
Subtotal	63
Diversos	
Base de dados	112
Informativos diversos	314
Outros	11
Propagandas	193
Respostas a ofícios	16
Solicitação de informações	19
Span	511
Subtotal	1176
Total Geral	1239

Fonte: caixa de e-mail 5camara@pgr.mpf.gov.br



3. ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA

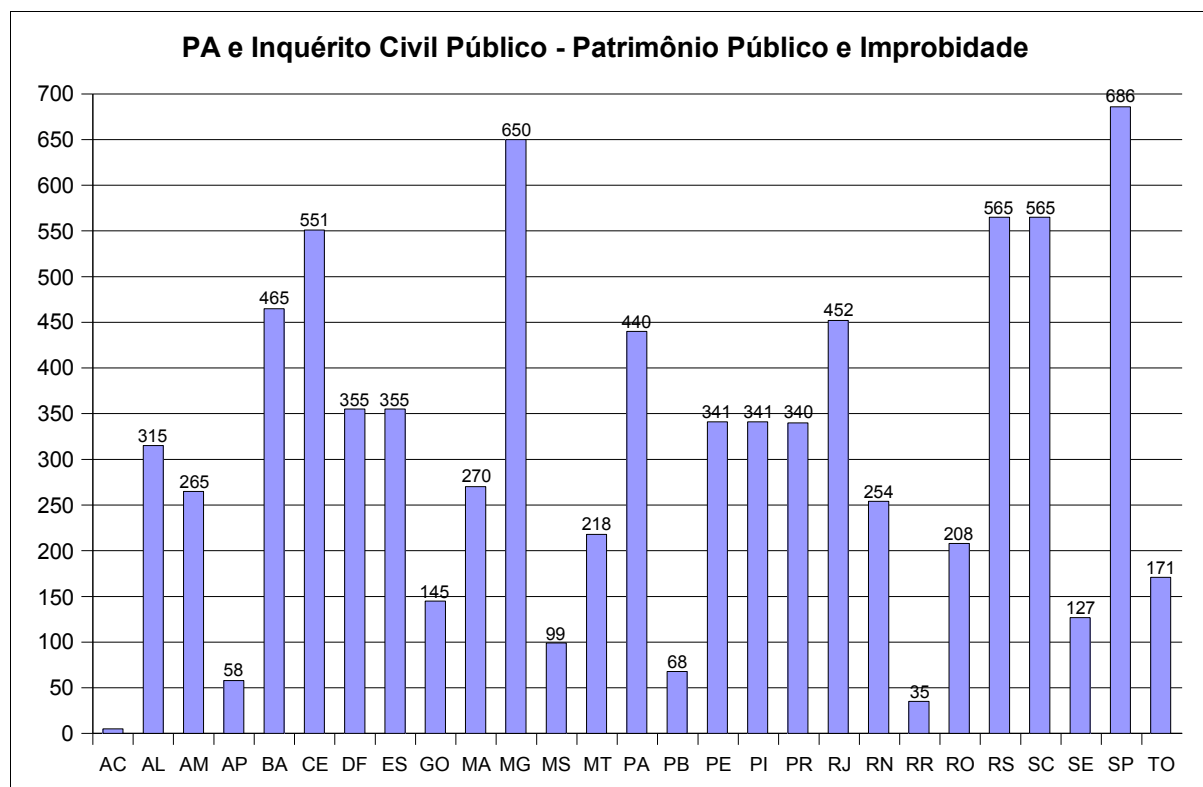
3.1. Atuação extrajudicial

Para criação desses indicadores a 5ªCCR utilizou-se do sistema Integra no qual foi possível recuperar informações estatísticas relativas a cada procuradoria quanto ao número de procedimentos administrativos, termos de ajustamento de conduta, recomendações e ações civis públicas promovidas no âmbito do patrimônio público no ano de 2006. O resultado dessa pesquisa foi encaminhado pelo Ofício-Circular nº 01/2007 a cada unidade de procuradoria para sua validação.

3.1.1.Procedimento administrativo e inquérito civil público

PA'S E INQUÉRITO CIVIL			
Patrimônio Público	Improbidade	Inquérito Civil	Total
1	4	0	5
306	8	1	315
265	0	0	265
13	44	1	58
455	0	10	465
551	0	0	551
301	47	7	355
63	66	28	157
145	0	0	145
269	0	1	270
580	69	1	650
87	0	12	99
1	214	3	218
288	150	2	440
35		0	68
337	0	4	341
25	189	5	219
306	25	9	340
393	53	6	452
185	68	1	254
2	206	0	208
12	23	0	35
171	208	186	565
70	17	28	115
127	0	0	127
413	266	7	686
157	14	0	171
5558	1671	312	7574

Fonte: Respostas ao ofício-circular 01/2007



3.1.2. Termo de ajustamento de conduta e recomendação

UF	TAC	Recomendação
AC	0	0
AL	1	0
AM	0	0
AP	0	0
BA	0	1
CE	35	1
DF	6	44
ES	0	18
GO	2	0
MA	0	0
MG	2	1
MS	8	0
MT	1	11
PA	0	3
PB	0	0
PE	7	22
PI	2	0
PR	0	7
RJ	0	12
RN	0	7
RO	0	0
RR	0	3
RS	3	35
SC	1	9
SE	1	3
SP	1	30
TO	0	2
TOTAL	70	209

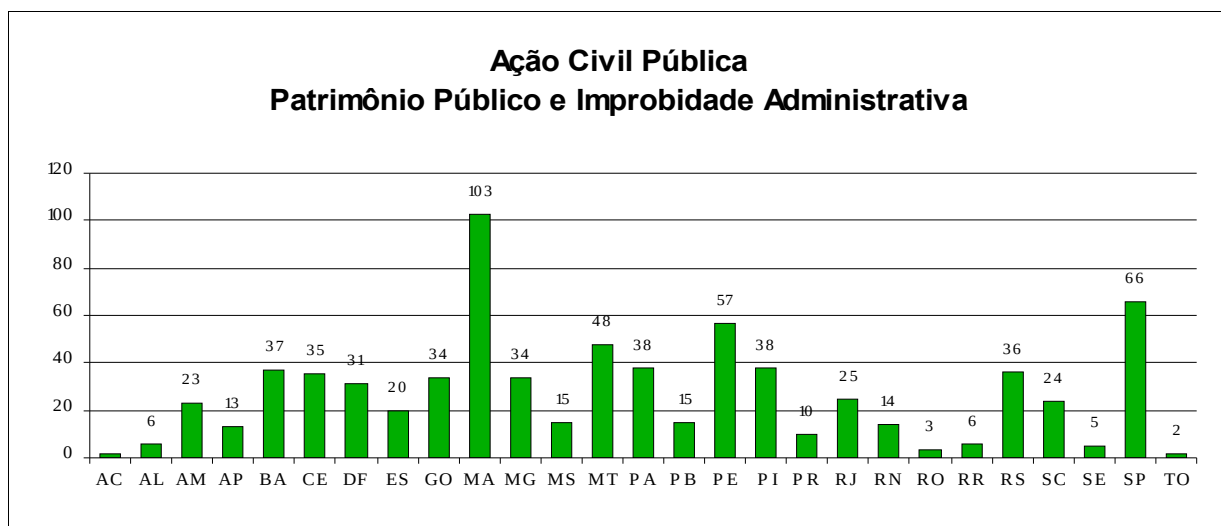
Fonte: Respostas ao ofício-circular 01/2007

3.2. Atuação judicial

3.2.1. Ação civil pública

UF	AÇÃO CIVIL PÚBLICA		
	Patrimônio Público	Improbidade	Total
AC	0	2	2
AL	6	0	6
AM	23	0	23
AP	2	11	13
BA	0	37	37
CE	4	31	35
DF	10	21	31
ES	3	17	20
GO	10	24	34
MA	37	96	103
MG	21	13	34
MS	0	6	6
MT	6	42	48
PA	15	23	38
PB	3	12	15
PE	25	32	57
PI	14	22	36
PR	1	9	10
RJ	6	19	25
RN	1	13	14
RO	0	3	3
RR	0	6	6
RS	11	25	36
SC	1	23	24
SE	5	0	5
SP	15	51	66
TO	1	1	2
TOTAL	220	539	708

Fonte: Respostas ao ofício-circular 01/2007

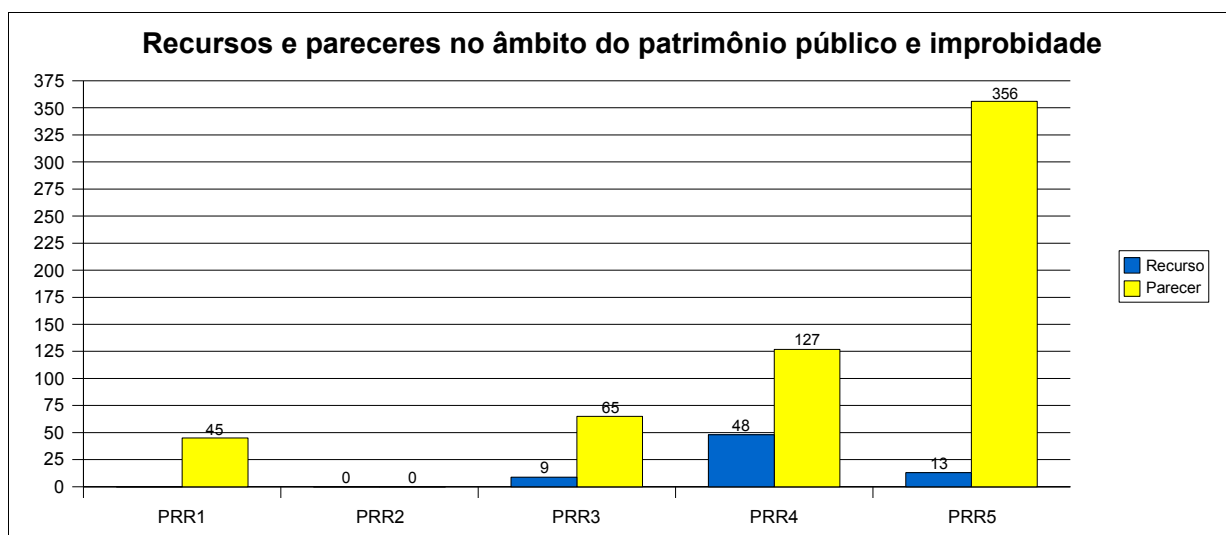


Fonte: Respostas ao ofício-circular 01/2007

3.3. Atuação das procuradorias regionais

Recursos e pareceres no âmbito do patrimônio público e improbidade			
Unidade	Recurso	Parecer	TOTAL
PRR1	0	45	45
PRR2	0	0	0
PRR3	9	65	74
PRR4	48	127	175
PRR5	13	356	369
TOTAL	70	593	663

Fonte: Respostas ao ofício-circular 02/2007

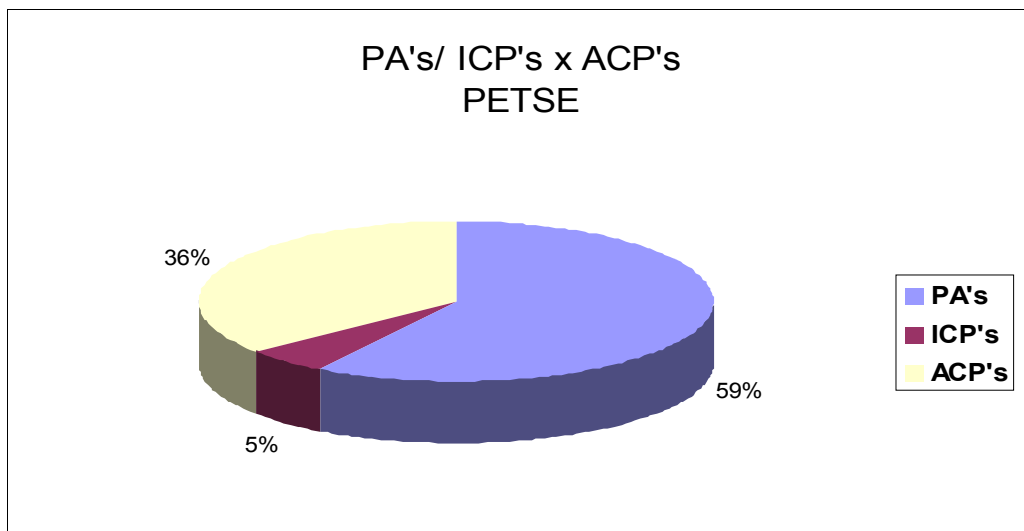


Fonte: Respostas ao ofício-circular 02/2007

3.4. Atuação no caso do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE (meta da 5ªCCR)

PETSE	
PA's	33
ICP's	3
Total	36
ACP's	20

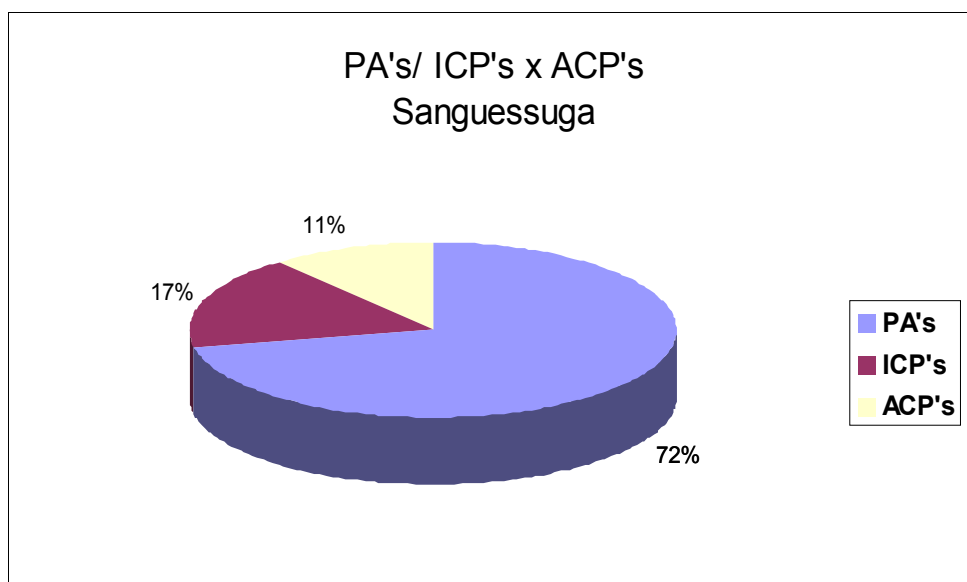
Fonte: Ofícios remetidos pelos Procuradores à 5ªCCR



Sanguessuga	
PA's	139
ICP's	33
Total	172
ACP's	21

Fonte: Ofícios remetidos pelos Procuradores à 5ªCCR

3.5. Atuação no caso Sanguessuga (meta da 5ªCCR)





4. EVENTOS REALIZADOS

4.1. VIII Encontro Nacional

Tema: Estratégia de combate à corrupção no âmbito da câmara do patrimônio público.

4.1.1. Destaques

A 5ª CCR reuniu 60 membros, dentre os quais dez com lotação em Brasília, com atuação na área temática para discutir estratégias a serem adotadas no combate à corrupção. Nos três dias de trabalho foram alcançadas as seguintes conclusões:

- a) para a atuação conjunta com outros órgãos, há necessidade de identificação das prioridades comuns;
- b) o compartilhamento de informações e a execução de operações conjuntas são metas a serem priorizadas;
- c) atuação preventiva, no caso das grandes licitações, com auxílio do corpo técnico;
- d) atuação nas irregularidades formais, com elementos a embasar ação de improbidade;
- e) compartilhamento de base de dados da Câmara, do TCU e da CGU no que disser respeito às respectivas representações, mediante liberação a ser solicitada ao disser respeito às respectivas representações, mediante liberação a ser solicitada ao Procurador-Geral da República.
- f) criação de fórum permanente de combate à corrupção envolvendo outros órgãos;
- g) a formulação de 8 enunciados quanto à aplicação da Resolução n.º 87/06 do CSMPF;
- h) promoção de audiência pública e reuniões dos Conselhos em cada Município com a presença do membro do MPE, quando possível;
- i) ajuizamento das ações de improbidade administrativa no caso “sanguessuga” com compartilhamento de informações;
- j) o MPF deveria integrar o grupo que preparará os relatórios concernentes ao controle da corrupção para a OEA e ONU, visando a sua próxima avaliação, mesmo que seja como órgão observador;
- k) intervenção nas ações de desapropriação e uma maior aproximação entre o MPF e a SPU para o acompanhamento da regularização dos bens federais;
- l) atualização do Manual de atuação na área de transferência de recursos para a saúde e para a educação até o final do ano;
- m) implementar nas Procuradorias Regionais da República a monitoração da regularidade das transferências voluntárias de recursos federais, seguindo o projeto elaborado pelo GT Projetos e Metas;
- n) a ação para ressarcimento ao erário é imprescritível. Sobre essa matéria faz-se necessária uma mesa redonda com o TCU e AGU acerca da ação de cobrança por ato ilícito;

o) aprovação de moção de despreço à tese da inaplicabilidade da lei de improbidade aos agentes políticos, ao tempo que manifesta preocupação quanto ao desfecho do julgamento do STF;

p) a intervenção do MPF em projetos de lei em tramitação referente ao art. 23 da Lei 8429/92 no sentido de aumentar o prazo prescricional das ações destinadas a levar a efeitos as sanções, bem como para a previsão de causas de interrupção e suspensão da prescrição.

4.1.2. Relatório final do VIII Encontro

As conclusões do VIII Encontro Nacional foram organizadas em um relatório final , estando o inteiro teor disponível na página da Câmara no link:

http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara/encontros/VIIIencontro/coletanea_8encontro.pdf

4.2. Reunião de Grupos de Trabalho

4.2.1. GT licitações e obras públicas

Nos dias 09 e 10 de fevereiro, o Grupo de Trabalho de Licitações e Obras Públicas, coordenado pela Procuradora Regional da República Isabel Groba Vieira, reuniu-se para estudar e propor estratégias de atuação dos membros do MPF em face das medidas compreendidas no Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE, instituído pelo DNIT por meio da Portaria nº 1.806, de 30 de dezembro de 2005 (publicada no DOU de 31.12.2005) estabelecendo serviços e obras de caráter emergencial em 25 estados da federação numa extensão de 26.442 km conforme os Anexos I e II da referida Portaria.

As conclusões do GT estão disponíveis na página da Câmara no link:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara/listadediscussao/obraspublicas/petse/reuniao09e10-02-06.pdf>

4.2.2. GT concurso público e servidores

O Grupo de trabalho concurso público e servidores, coordenado pela Procuradora Regional da República Mônica Nicida, reuniu-se no dia 05 de maio para estudo da implementação, no âmbito do MPF, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Os comentários e conclusões realizados pelo grupo sobre a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção estão disponíveis na página da Câmara no link:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/listadediscussao/concurso/menuconcursos.htm>

4.2.3.GT projetos e metas

O grupo de trabalho projetos e metas, coordenado pela Procuradora Regional da República Denise Vinci Túlio, reuniu-se nos dias 17 e 18 de abril para estudo dos projetos de lei de interesse do Ministério Público.

As conclusões do estudo sobre os diversos projetos de lei analisados estão disponíveis na página da Câmara no link:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/listadediscussao/projetosemetas/menuprojetos.htm>

4.3. Cursos

4.3.1.Curso: “aperfeiçoamento sobre a atuação extrajudicial e judicial do ministério público na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa”

O “Curso de aperfeiçoamento sobre a atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa”, coordenado pela Procuradora Regional da República Samantha Dobrowolski, é resultado da aprovação pela Escola Superior do Ministério Público da União. É produzido em parceria com a ESMPU sob a forma de ensino à distância, com a utilização do programa “eproinfo”, do Ministério da Educação.

No dia 24/11/2006 foi realizado na ESMPU seminário referente à segunda fase presencial do curso.

O material do curso está disponibilizado na página da 5ªCCR no link:

<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-cursos/cursos>

4.3.2.Curso de Iniciação para Procuradores da República

No dias 20 e 26/09/2006 a 5ª Câmara realizou apresentação no Curso de Iniciação para Procuradores da República.

O material da apresentação está publicado na página da Câmara no seguinte link:

<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-cursos/curso-de-iniciacao-de-procuradores-da-republica>

4.3.3.Exposição do TCU: auditoria operacional e indicadores de gestão

Foi realizada no dia 10 de abril na sala de reunião da 5ª CCR, uma exposição do TCU sobre metodologia de gestão de projetos, bem como diagnóstico de indicadores de eficiência e eficácia.

O material apresentado na exposição está disponível na página Câmara no link <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/eventos/cursos/menucursos.htm>

4.4. Projetos da 5ªCCR/ESMPU em desenvolvimento

A Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU aprovou os seguintes projetos sugeridos pela Câmara:

- a) Curso de “Aperfeiçoamento Sobre a Atuação Extrajudicial e Judicial do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa”, coordenado pela Procuradora Regional da República Samantha Chantal Dobrowolski;
- b) Grupo de estudos: 100 perguntas e respostas sobre improbidade administrativa, coordenado pela Procuradora da República Márcia Noll Barboza.
Objetivo: seleção de 100 perguntas sobre improbidade administrativa para publicação voltada para o público. As 100 perguntas foram condensadas em um livro que foi encaminhado à Escola Superior do Ministério Público da União para publicação.
- c) Grupo de estudos: Regras básicas para uma força-tarefa no âmbito do MPF, coordenado pelo Procurador Regional da República Januário Paludo.
Objetivo: redação de um manual onde conste o procedimento adotado para a instalação, desenvolvimento e conclusão dos trabalhos de uma força-tarefa.
- d) Grupo de estudos: a imprescritibilidade ou prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário público, coordenado pelo Procurador Regional da República André Carvalho Ramos.
Objetivo: a identificação de casos relevantes e precedentes, com a consolidação de levantamento doutrinário e jurisprudencial em um documento conclusivo sobre a matéria.
- e) Grupo de estudos: Regulamentação do procedimento administrativo civil, coordenado pelo Procurador da República Danilo Pinheiro Dias.
Objetivo: redação de proposta de anteprojeto de regulamentação do procedimento administrativo civil no âmbito do MPF, com justificativas para cada um dos dispositivos.

4.5. Ato sobre o “Dia Internacional contra a corrupção”, realizado na PGR e outras unidades.

No dia 11/12/2006 a 5ª Câmara promoveu na Procuradoria Geral da República uma mobilização com membros e servidores em face do Dia Internacional contra a Corrupção.

No evento falaram os servidores da Assessoria Técnica da 5ª Câmara. Além disso, houve a declamação de dois poemas: um de autoria de Elisa Lucinda, interpretado pela procuradora regional da República Maria do Socorro de Paiva; o outro de autoria de Antonio Alves da Silva foi declamado pela servidora Doraéliza Pilla.

Os presentes puderam ainda conferir uma exposição com cartazes sobre a atuação da 5ª CCR e frases de alunos do ensino médio que participaram do Projeto Escola Cidadão com definições sobre a função do Ministério Público.

O material apresentado no ato está disponibilizado na página da Câmara link:
<http://5ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/eventos/concursos-literarios>



5. BASE DE DADOS

5.1. Base de dados de manifestação de inteiro teor dos membros

A base de dados de manifestações de inteiro teor dos membros conta com 8.022 documentos, dentre eles 6.047 votos, 643 petições iniciais de ações civis públicas, 136 recomendações e 37 TAC.

O acesso à base de dados dá-se pelo seguinte link:
<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-bases-de-dados/base-de-dados>

5.2. Base de dados de peças técnicas da assessoria técnico-pericial

Em fevereiro foi solicitado à Secretaria de Informática a implementação da base de dados de inteiro teor das peças técnicas produzidas pelos Analistas Periciais, tendo sido implantada em abril de 2006. E, já conta com 136 trabalhos técnicos.

O acesso à base de dados dá-se pelo seguinte link:
<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-bases-de-dados/base-de-dados>

As matérias tratadas nas peças técnicas encontra-se no item 7 deste relatório.



6. DOS TRABALHOS TÉCNICOS

6.1. Demonstrativos – Tabelas e Gráficos

As demandas de análise pericial apresentam crescimento continuado, sendo ampliadas, igualmente, na complexidade das matérias tratadas o que resulta em duplo desafio: racionalização de recursos escassos, com um quadro de analistas periciais insuficiente para o atendimento das necessidades mínimas de trabalho do MPF e o aprimoramento técnico do corpo de Analistas Periciais. O

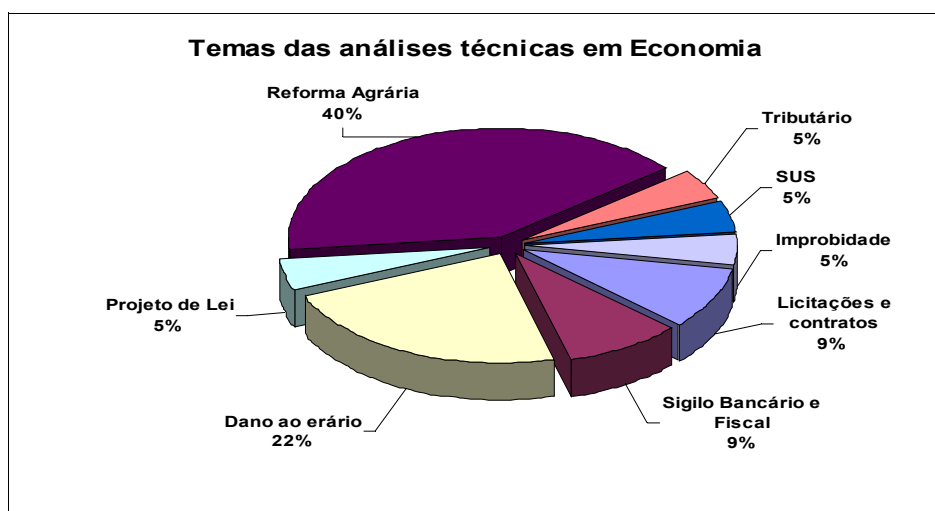
gráfico a seguir espelha parte dessa realidade no período de janeiro a dezembro de 2006:

LEVANTAMENTO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA TÉCNICO-PERICIAL DA 5ª CCR NO ANO DE 2006

ÁREA	TIPO DE DOCUMENTO				TOTAL DE DOCUMENTO	%
	PARECER TÉCNICO	LAUDO TÉCNICO	INFORMAÇÃO TÉCNICA	INFORMAÇÃO		
CONTABILIDADE	35	0	23	17	75	20
ECONOMIA	20	0	2	40	62	17
ENGENHARIA	66	20	31	116	233	63
TOTAL	121	20	56	173	370	100

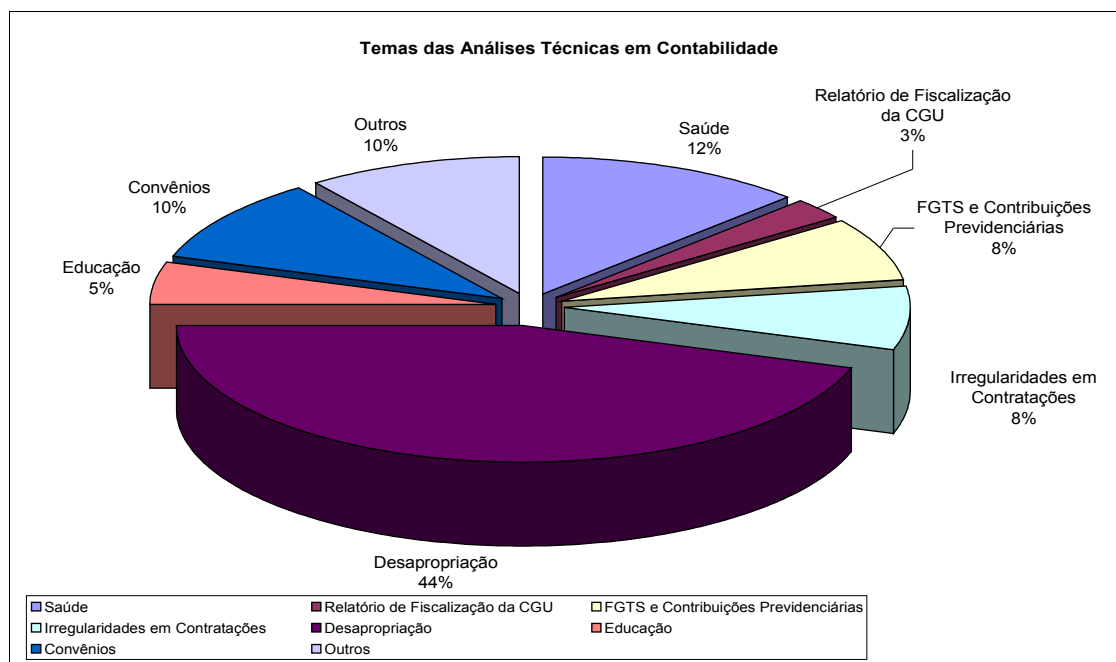
6.1.1. Assessoria Técnica - Economia

No rol das atividades técnicas desenvolvidas consta a atualização das bases de índices mensal e diária dos softwares Atualiza e Cormonet, ferramentas disponíveis no site da Câmara para atualização monetária e cálculo de juros simples e composto.



Fonte: Assessoria Técnica

6.1.2.Assessoria Técnica - Contabilidade

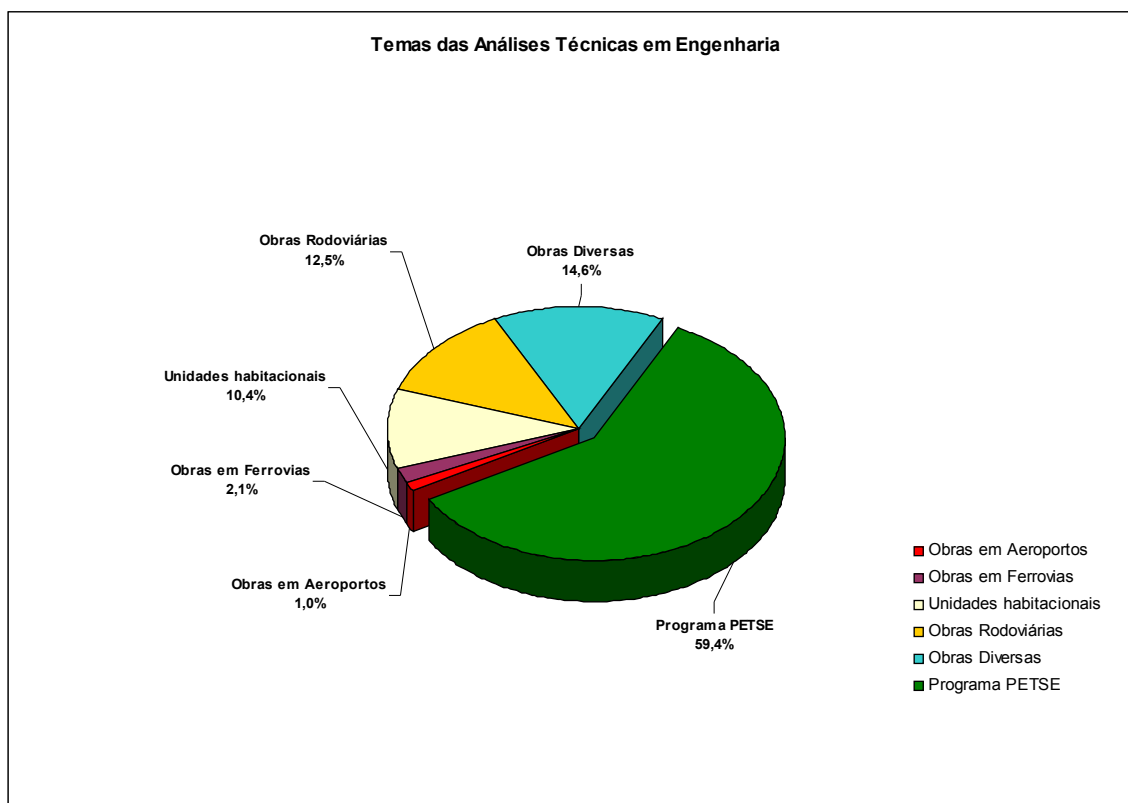


6.1.3.Assessoria Técnica – Engenharia Civil

A Assessoria Técnica em Engenharia Civil realizou análises técnicas abrangendo os seguintes assuntos:

- **PETSE:** 2 Laudos Periciais. 12 Informações Técnicas e 43 Pareceres Técnicos. Análise e avaliação das obras de recuperação emergencial de 61 rodovias federais, em 21 Estados, com extensão total de 12.600 km aproximadamente. Irregularidades na contratação, superdimensionamento e sobrepreços dos serviços e materiais.

UF	Extensão (km)	UF	Extensão (km)
AL	293,9	-	-
AM	311,8	PB	97,9
BA	209,2	PE	542,6
CE	84,3	PI	274,1
DF	51,1	PR	575
ES	370,3	RR	145,3
GO	1.085,5	RS	1.315,9
MA	94,8	SC	1865
MG	1.347,2	SE	320,1
MS	1.260,3	SP	566,5
MT	1.325,5	TO	137,4
Total geral			12.274km



Fonte: Assessoria Técnica



7. EQUIPE DE SERVIDORES

7.1. Dos servidores da 5ª CCR - rotatividade

A 5ª Câmara tinha uma equipe composta por 12 servidores na Assessoria Administrativa. No ano de 2006 saíram da Assessoria 05 servidores e entraram um técnico administrativo, um técnico em informática e uma assessora.

A Assessoria Jurídica era integrada por 08 oito servidores. No decorrer do ano saíram do setor dois analistas processuais e dois técnicos administrativos.

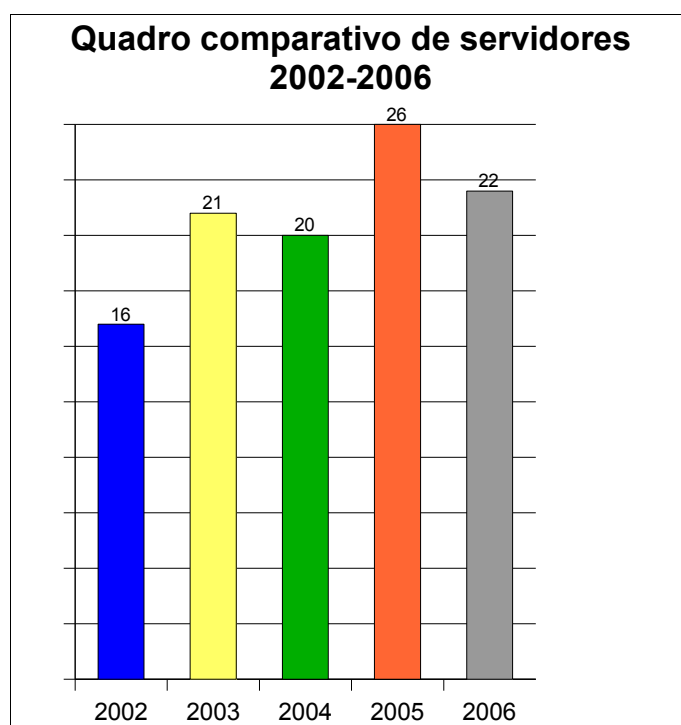
A Assessoria Técnica permaneceu estável com 09 servidores.

7.2. Quadro comparativo do número de servidores

Ressalta-se que a assessoria jurídica foi implantada apenas no ano de 2004, quando cada membro passou a ter um servidor para assisti-lo na análise dos procedimentos administrativos.

Quadro comparativo de servidores nos últimos 6 anos		
ANO	Número de servidores	Terceirizados
2002	16	3
2003	21	3
2004	20	3
2005	26	3
2006	22	3

Fonte: relatórios de atividades dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005.



Fonte: relatórios de atividades dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005.

7.2.1. Questionário de avaliação institucional

A 5ªCCR realizou avaliação institucional aplicando questionário que foi respondido por todos os servidores da Câmara, assegurado o sigilo.

Ressalta-se que 90% dos servidores da câmara afirmaram que estão motivados para a realização de suas atividades.

Abaixo o resultado resumido do questionário.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO – RESULTADOS		
I - Regimento Interno	QTDE	
Você sabe quais são as competências da Câmara?		
Sim	25	83,30%
Você sabe quais são as Atribuições da Coordenadora da Câmara?		
Sim	25	83,30%
Você já leu o relatório de atividades 2004?		
Sim	12	40,00%
II - Atividades e Rotinas de Trabalho da 5ª Câmara		
Você conhece o manual de rotinas?		
Sim	27	90,00%
Você conhece as atividades desenvolvidas por cada Assessoria da Câmara ?		
Sim	28	93,33%
Você identifica a sua atividade diária no manual de rotinas?		
Sim	27	90,00%
Não	3	10,00%
Não Respondeu	0	0
Nº de Servidores Consultados: 30		



8. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

8.1. Membros do Colegiado

Portaria PGR nº 179, de 04 de maio de 2006)

Gilda Pereira de Carvalho - Subprocuradora-Geral da República – Membro-titular - Coordenadora

Moacir Guimarães Moraes Filho - Subprocurador-Geral da República – Membro-titular

Eduardo Antonio Dantas Nobre - Subprocuradora-Geral da República - Membro-titular

Antonio Carlos Fonseca da Silva - Subprocurador-Geral da República – Membro-suplente

Paulo da Rocha Campos - Subprocurador-Geral da República – Membro-suplente

8.2. Quadro de servidores

8.2.1. Assessoria Técnica

Contabilidade e Economia

Carlos Alberto de Oliveira Lima – Coordenador Técnico (Economista – requisitado BACEN)

Almir Pereira da Silva - Analista Pericial em Contabilidade

Andréa de Oliveira Bomfim - Analista Pericial em Contabilidade

Fernando Sanchez Souza - Analista Pericial em Economia
Pedro Sala Corral - Analista Pericial em Contabilidade
Romeu Bizó Drumond - Analista Pericial em Contabilidade

Engenharia Civil

Marta Ligia de Freitas Vieira – Vice-Coordenadora Técnica (Analista Pericial/Engenharia Civil)
Elmo Gonçalves Farias - Analista Pericial em Arquitetura
Fernando Nato de Souza Machado - Analista Pericial em Engenharia Civil

Estagiárias

8.2.2.Assessoria Jurídica

Karine Santana Moraes - Assessora
Alberto Elias Hidd Neto - Técnico Administrativo
Carla Varela Sardá - Secretário Administrativo
Clarissa Castro Wermelinger - Secretário Administrativo
Denise Vasconcelos de Oliveira - Técnico Administrativo (lotado em outro setor em novembro/2006)
Gislane Dorta de Menezes – Analista Processual (removida em outubro/2006)
Jaciele Cristhine da Silva Gomes - Técnico Administrativo (removida em setembro/2006)
Marília Maria Moraes do Nascimento - Técnico Administrativo
Rogério Soares Alencar - Analista Processual (exonerado, a pedido, em março/2006)
Henrique de Sousa Cardoso – Estagiário de Direito

8.2.3.Assessoria Administrativa

Luzia Fonseca Azevedo – Assessora (até julho/2006)
Shirley Moraes de Oliveira Ferreira (requisitada da ECT - a partir de agosto/2006)

Secretaria

Selma Maria de Oliveira Marques - Supervisora
Débora Cristina Larocca Rigailo - Secretário Administrativo (exonerada, a pedido em julho/2006)
João Rildo de Araújo e Silva Filho – Técnico Administrativo – (exonerado, a pedido, em 09/03/2006)
Monique de Souza Moura - Secretário Administrativo
Patrícia Cristina da Silva – Técnico Administrativo
Raquell Ferreira de Paula - Secretário Administrativo
Robson Santos – Técnico Administrativo

8.2.3.1.Setor de Informação e Documentação

Rogério Carneiro Paes – Técnico Administrativo

José Areolino Alves Maia de Carvalho – Técnico Administrativo (lotado até março/2006)
Luiz Augusto Curado Júnior – Técnico Administrativo (lotado até março/2006)
Rosilene Silva Alvarenga – Técnico em Informática (lotada a partir de março/2006)
Eletiele Rocha da Silva – Estagiária de Informática

8.2.3.2.Auxiliares (ÁGIL):

Flaviano Costa de Faria
Jaqueline dos Santos Sampaio
Maria do Socorro do Nascimento

Estagiários Nível Médio:

Ernando José Siqueira Barros
José Felype Resende Cunha
Leonard Pinheiro Bastos
Mairo Alexandre Dias Tolentino

8.3. Representação indicada pelas unidades de procuradorias

Procuradorias Regionais da República

1ª Região	Luiz Augusto Santos Lima
2ª Região	Luís Cláudio Pereira Leivas
3ª Região	Mônica Nicida Garcia
4ª Região	Samantha Chantal Dobrowolski
5ª Região	Francisco Chaves dos Anjos Neto

Procuradorias da República nos Estados

Acre	Marcus Vinícius Aguiar Macedo
Alagoas	Renato Sulteira de Oliveira
Amazonas	Ageu Florêncio da Cunha
Amapá	Fernando José Aguiar de Oliveira
Bahia	Danilo Pinheiro Dias
Ceará	Nilce Cunha Rodrigues
Distrito Federal	Valquíria Oliveira Quixadá Nunes
Espírito Santo	Carlos Fernando Mazzoco
Goiás	aguardando nova designação
Maranhão	Carolina da Hora Mesquita
Mato Grosso	Gustavo Nogami
Mato Grosso do Sul	Allan Versiani de Paula
Minas Gerais	Adaílton Ramos do Nascimento
Pará	Regis Richael Primo da Silva
Paraíba	Victor Carvalho Vegg
Paraná	Elton Venturi
Pernambuco	Mabel Seixas Menge
Piauí	Kelston Pinheiro Lages
Rio de Janeiro	Edson Abdon Peixoto Filho
Rio Grande do Norte	Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior
Rio Grande do Sul	Márcia Noll Barboza
Rondônia	Reginaldo Pereira da Trindade
Roraima	Ana Karízia Távora Teixeira
Santa Catarina	André Stefani Bertuol
São Paulo	Suzana Fairbanks Lima de Oliveira
Sergipe	Paulo Gustavo Guedes Fontes

A lista com os nomes dos representantes da Câmara junto às Procuradorias Regionais da República, Procuradorias da República nos Estados e Municípios consta na Intranet Nacional do MPF, na página da Câmara, no endereço: <http://5ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/representantes/representantes>



9. DOS RECURSOS MATERIAIS

Com a finalidade de assegurar as condições ao bom andamento dos trabalhos da Câmara, foi solicitado e houve atendimento dos seguintes recursos:

Área de Informática

- Unidade DVD/CD-RW
- Leitura de DVD
- Leitura/Gravação de CD
- Scanner c/ OCR
- Unidade Hard Disk 80Gb
- Upgrade de Memória De 256Kb para 512Kb

Área de Material

- Máquina Fotocopiadora com Scanner
- DVD Player - pendente de atendimento